



Correspondência aos Autores

¹ Jean Pablo Guimarães Rossi
Universidade Estadual do Paraná, Brasil
E-mail: psijejanpablo@gmail.com
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/8403751902893496>

² Tháise Fernanda de Lima Mares
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: thaisemares@gmail.com
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/0135070884131454>

³ Eliane Rose Maio
Universidade Estadual de Maringá, Brasil
E-mail: elianerosemaio@yahoo.com
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/9562371036022440>

Submetido: 30 ago. 2022
Aceito: 22 set. 2022
Publicado: 21 nov. 2022

 10.20396/riesup.v10i00.8670871
e-location: e024032

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Mulheres, professoras e pesquisadoras: vivências em tempos de pandemia

Jean Pablo Guimarães Rossi¹  <https://orcid.org/0000-0002-5263-7703>

Tháise Fernanda de Lima Mares²  <https://orcid.org/0000-0002-4187-9387>

Eliane Rose Maio³  <https://orcid.org/0000-0002-9280-9864>

RESUMO

Introdução: Nesta pesquisa, temos por objetivo geral apresentar questões que podem ser identificadas e analisadas, em torno das vivências de mulheres, docentes, pesquisadoras, que estiveram no espaço universitário frente ao momento de pandemia (a qual teve início no ano de 2019), em função do Coronavírus/COVID-19. O isolamento social, que foi imposto como uma das medidas de contenção do vírus, exigiu (e tem exigido) de todas e todos nós, (re)pensarmos novas adaptações e readequações, principalmente, no que concerne ao âmbito acadêmico. As docentes têm sido desafiadas a refletirem sobre suas atividades nos diversos aspectos, tanto profissionais quanto pessoais. Desta maneira, tomando por base, o contexto de pandemia mundial, problematizamos: quais as questões que podem ser identificadas e analisadas, em torno das vivências de mulheres, docentes, pesquisadoras, que estiveram no espaço universitário frente ao momento de pandemia? **Método:** Para tanto, aplicamos um questionário por meio da plataforma Google Forms, para dez mulheres, docentes, pesquisadoras e que, encontravam-se inseridas em programas de Pós-Graduação durante os anos de 2020 e 2021¹. Os dados coletados foram analisados a partir dos Estudos Feministas e de Gênero, pertinentes para análise e discussão das nuances do “ser mulher” e suas experiências frente às exigências deste momento histórico. **Resultados/Conclusão:** Os dados evidenciaram as desigualdades de gênero associadas às mulheres pesquisadoras, além disso, indicaram a necessidade de repensarmos as questões de gênero diante do contexto de pandemia ocasionada pelo COVID-19.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres. Professoras. Gênero. Pandemia. COVID-19.

Women, teachers and researchers: experiences in pandemic time

ABSTRACT

Introduction: In this research, our general objective is to present issues that can be identified and analyzed, around the experiences of women, teachers, researchers, who were in the university space at the time of the pandemic (which began in 2019), due to of the Coronavirus/COVID-19. Social isolation, which was imposed as one of the measures to contain the virus, required (and has required) all of us to (re)think new adaptations and readjustments, especially in regard to the academic field. Teachers have been challenged to reflect on their activities in various aspects, both professional and personal. In this way, from the context of a global pandemic, we problematize: what issues can be identified and analyzed, around the experiences of women, teachers, researchers, who were in the university space at the time of the pandemic? **Method:** To do this, we applied a questionnaire through the Google Forms platform, to ten women, teachers, researchers and who were inserted in Postgraduate programs during the years 2020 and 2021. The data collected was analyzed from the Feminist and Gender Studies, relevant for the analysis and discussion of the nuances of "being a woman" and their experiences in the face of the demands of this historical moment. **Results/Conclusion:** The data highlighted the gender inequalities associated with female researchers, and also pointed to the need to rethink gender issues in the context of the COVID-19 pandemic.

KEYWORDS

Women. Teachers. Gender. Pandemic. COVID-19.

Mujeres, docentes e investigadoras: experiencias en tiempos de pandemia

RESUMEN

Introducción: En esta investigación, nuestro objetivo general es presentar cuestiones que puedan ser identificadas y analizadas, en torno a las experiencias de mujeres, docentes, investigadoras, que estuvieron en el espacio universitario frente al momento de la pandemia (que inició en 2019), debido a del Coronavirus/COVID-19. El aislamiento social, que se impuso como una de las medidas para contener el virus, exigía (y ha exigido) de todos nosotros, (re)pensar nuevas adaptaciones y reajustes, especialmente en lo que se refiere al ámbito académico. Los docentes han sido desafiados a reflexionar sobre sus actividades en varios aspectos, tanto profesionales como personales. De esta forma, a partir del contexto de una pandemia mundial, problematizamos: ¿qué cuestiones se pueden identificar y analizar, en torno a las experiencias de mujeres, docentes, investigadoras, que se encontraban en el espacio universitario frente al momento de la pandemia? **Método:** Para ello, aplicamos un cuestionario a través de la plataforma Google Forms, a diez mujeres, docentes, investigadoras y que se insertaron en programas de Posgrado durante los años 2020 y 2021. Los datos recolectados fueron analizados desde los Estudios Feministas y de Género, relevantes para el análisis y discusión de los matices del "ser mujer" y sus vivencias frente a las exigencias de este momento histórico. **Resultados/Conclusión:** Los datos destacaron las desigualdades de género asociadas a las mujeres investigadoras, además, señalaron la necesidad de repensar las cuestiones de género en el contexto de la pandemia provocada por el COVID-19.

PALABRAS CLAVE

Mujeres. maestros Género. Pandemia. COVID-19.

CRediT

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Não aplicável.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceitualização, Investigação, Metodologia; Aquisição de financiamento; Validação; Visualização – Mares, T. F. L.; Rossi, J. P.; Maio, E. R.; Análise formal - Mares, T. F. L.; Curadoria de dados; Administração do Projeto; Redação – revisão e edição – Rossi, J. P.; Recursos, Software; Redação – rascunho original - T. F. L.; Rossi, J. P.; Supervisão – Maio, E. R.

Editor de Seção: Andréia Aparecida Simão

1 Introdução

Porque você é menina’ nunca é razão para nada. Jamais.
(Chimamanda Ngozi Adichie, 2017, p. 21).

Considerando as demandas do contexto atual (o de enfrentamento de uma pandemia provocada pelo Coronavírus/COVID-19), como, por exemplo, a de isolamento social, propomos neste estudo, analisar as experiências de vida de dez mulheres, docentes, inseridas no âmbito da Pós-Graduação (Strictu Sensu), repensando as exigências impostas sobre o “ser mulher” no contexto histórico atual.

Partimos da compreensão de que o “ser mulher” é historicamente sobrecarregado de funções e compreensões desiguais. Exemplo disso, é o quanto a ascensão da mulher no mercado de trabalho a obrigou as duplas, triplas, quádruplas... diversas jornadas de trabalho. Por assim dizer, são simultaneamente mulheres, profissionais, mães, filhas, esposas, amigas, religiosas etc.; que se desdobram para “conseguir dar conta de tudo” (casa, filhos, empregos, etc). Porém, geralmente, esta multiplicidade de funções é socialmente romanceada sob o rótulo de que as mulheres são apenas: “guerreiras”; “fortes”; “lutadoras”, quando na realidade há também por detrás deste romanceio uma lógica que sustenta a desigualdade de gênero, como é destacado por Chimamanda Adichie (2017, p. 18),

Nossa cultura enaltece a ideia das mulheres capazes de “dar conta de tudo”, mas não questiona a premissa desse enaltecimento. Não tenho o menor interesse no debate sobre as mulheres que “dão conta de tudo”, porque o pressuposto deste debate é que o trabalho de cuidar da casa e dos filhos é uma seara particularmente feminina, ideia que repudio vivamente.

Para Flavia Biroli (2019), as representações das mulheres e os papéis que desempenham nesta sociedade estão associadas a divisão sexual do trabalho. Tal fato, define também as dificuldades cotidianas que atravessam a vida das mesmas. Nesta perspectiva, o exercício de inúmeras tarefas pode ocorrer de modo diferenciado entre homens e mulheres, tal distinção atribui funções às mulheres, das quais os homens são “liberados”. Aqui destacam-se as atividades relativas ao cuidado com os/as filhos/as e/ou as atividades domésticas. Fabiane Freire França (2020, p. 53) ainda complementa que a invisibilidade dos equívocos relacionados a condição de ser mãe, professora e pesquisadora, reforçam as práticas cotidianas de sobrecarga e exaustão de meninas e mulheres que são ensinadas que as tarefas do lar são exclusivas delas. “Não à toa que os homens ocupam as cadeiras de maior escalão no senado, nas empresas e em outros espaços públicos e de poder”.

Consideramos que o momento de pandemia foi um reforçador do cenário descrito acima, por Adichie (2017), Biroli (2019) e França (2020). A pandemia ocasionada pelo COVID-19, que teve início na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019, é um fenômeno que tem sido motivo de diversas dúvidas e questionamentos pelas/os pesquisadoras/es ao redor do mundo. Isso se agrava, sobretudo, em vista de sua alta capacidade de mortalidade, principalmente, em populações mais vulneráveis. As suspeitas são geradoras das consequentes incertezas, que surgem em meio a tanta instabilidade.

Frente a este cenário, urge a pertinência das iniciativas de pesquisadoras e pesquisadores inseridas/os no âmbito acadêmico, que busquem problematizar os temas que se sobrepõem ao contexto atual, inclusive, sobre questões relativas à desigualdade de gênero. No campo das Ciências Humanas, dos Estudos Feministas e dos Estudos de Gênero, podemos, por exemplo, problematizar como as desigualdades de gênero têm se caracterizado em meio à pandemia, pois como pontua Fernando Seffner, em entrevista a Jean Rossi e Ricardo Pátaro (2019, p. 9), nos “momentos de crise – seja crise econômica, política – as questões de gênero e sexualidade têm grandes chances de se transformarem em motivo de pânico [...]”. No Brasil, sabemos da ausência de políticas públicas que garantam às mulheres a inserção no mercado de trabalho, creches insuficientes, licenças parentais possíveis, etc (GONÇALVES, 2020). No isolamento social, a mãe é a creche, a escola, o alimento, a casa, o trabalho, o cuidado. Sendo assim, pensar o ser mulher em interface “com gênero, raça, classe, saúde, bem como suas articulações com o âmbito das políticas públicas e suas técnicas, é então atualizado por esse novo cenário, em que a bionecropolítica é instrumento que precariza nossas existências” (NASCIMENTO, 2020, p. 399).

Visto isso, neste trabalho propomo-nos a responder a seguinte indagação: considerando a pandemia de Coronavírus/COVID-19, quais as questões que podem ser identificadas e analisadas, em torno das vivências de mulheres, docentes, pesquisadoras, que estiveram no espaço universitário frente ao momento de pandemia? A fim de responder ao problema apresentado elencamos alguns objetivos. Como objetivo geral, busca-se apresentar as questões que podem ser identificadas e analisadas, em torno das vivências de mulheres, docentes, pesquisadoras, que estiveram no espaço universitário frente ao momento de pandemia. Como objetivos específicos, buscou-se refletir sobre as experiências vividas por mulheres, docentes, pesquisadoras durante o desenvolvimento de suas atividades, em meio ao contexto da pandemia de COVID-19, bem como compreender de que maneira as desigualdades de gênero apresentam-se a partir da readequação das atividades de estudo e trabalho, exigidas pela necessidade do isolamento social.

Neste contexto, em vista das demandas e responsabilidades socialmente e culturalmente alocadas sobre o “ser mulher”, a hipótese que aqui tem-se é a de que na atualidade, mediante o isolamento social, no contexto de readequações, exigido pelo enfrentamento do COVID-19, as desigualdades de gênero sobre o “ser mulher” são ainda mais acentuadas e reforçadas. Além disso, se pensarmos nas especificidades das mulheres que são docentes e/ou pesquisadoras, principalmente, aquelas que estão em universidades públicas, temos aqui outro fator agravante, uma vez que enquanto pesquisadoras na Pós-Graduação, se veem em meio às pressões de manter a constante produtividade.

Mediante este cenário, nos urgem algumas questões: como este momento de pandemia tem se configurado para as mulheres docentes da Pós-Graduação? Como elas mantiveram a produtividade acadêmica, estando em isolamento social? Com quais questões/problemas, têm se deparado para o desenvolvimento de suas atividades? Quais recursos e estratégias foram e são necessárias para que continuem com a realização de seus trabalhos? Como elas e seus familiares, cônjuges, filhas/os etc., têm compartilhado das tarefas cotidianas? Existem sobrecargas de atividades, em relação aos/as demais sujeitos/as do convívio?

Para responder aos objetivos propostos, utilizamos como metodologia de pesquisa a aplicação de um questionário estruturado por meio da plataforma Google Forms, para o total de dez docentes, mulheres, que se encontram inseridas no espaço da Pós-Graduação (Stricto Sensu). Para estabelecer o diálogo com elas, nos fundamentamos na técnica Snowball (Bola de Neve), a qual pressupõe que as participantes iniciais de uma pesquisa, indiquem outras participantes de forma sucessiva, até que o objetivo almejado seja alcançado.

Este trabalho está dividido em três itens, o primeiro, apresenta parte do referencial teórico utilizado para discutir as questões de gênero, bem como os pressupostos teóricos dos Estudos Feministas e de Gênero, além disso, realiza uma reflexão sobre as desigualdades de gênero em meio ao contexto de pandemia. No segundo item, apresentamos os percursos metodológicos da pesquisa, este mesmo item comportou outros dois subitens, o primeiro denominado: jornadas de trabalho(s), insatisfações e descontentamentos e o segundo intitulado: a organização de si frente à responsabilidade materna. Ambos apresentam a análise dos dados coletados mediante questionário e procuram entender de que maneira as readequações exigidas pela necessidade do isolamento social afetou o desenvolvimento das atividades das pesquisadoras. Por fim, apresentamos as considerações acerca da pesquisa realizada.

2 As desigualdades de gênero em meio à pandemia do novo coronavírus/COVID-19

Esta pesquisa, ancorou-se nos pressupostos teóricos dos Estudos Feministas e de Gênero, haja vista, como é afirmado por Louro (1997), que as discussões de gênero são proposições teóricas que nasceram articuladas ao movimento feminista, mais propriamente a partir da Segunda Onda, com o surgimento do conceito de *gender* (gênero) como categoria analítica para diferenciação do termo *sex* (sexo), na década de 1970.

A categoria “gênero” tem sido utilizada muitas vezes de forma banalizada, substituindo quase sempre o termo “sexo”. Deste modo, é plausível explicitar que o termo sexo deve ser utilizado para descrever características e diferenças biológicas, bem como a anatomia e a fisiologia dos organismos pertencentes ao sexo masculino e feminino. Diferente de gênero, que conforme descreve Joan Scott (1992), representa um elemento constitutivo das relações sociais que se baseiam nas diferenças entre os sexos, a qual pode ser considerada uma forma primária de relações significantes de poder entre homens e mulheres.

Diante das ponderações de Scott (1992), nota-se que historicamente, as diferenças entre homens e mulheres foram baseadas nos aspectos biológicos. No entanto, considera-se que a construção de gênero diz respeito a um conjunto de significados impregnados por conceitos normativos e por valores culturais que são atribuídos a homens e mulheres e os condiciona a ocupar diferentes posições no mundo.

Nesta mesma perspectiva, Linda Nicholson (2000) justifica que o conceito de gênero não surgiu como substituto da concepção biológica de sexo, mas sim, para contrapor e questionar as justificativas que se apoiavam em bases biológicas para argumentar as desigualdades entre homens e mulheres. Nesse sentido, o conceito de gênero, ampliou a

compreensão sobre como as disparidades e estereótipos, são constructos que se dão em meio aos aspectos históricos, sociais, culturais, financeiros, econômicos, religiosos, etc. Dito de outro modo, Furlani (2008, p. 53) aponta para a vasta contribuição que os Estudos Feministas tiveram na compreensão da necessidade de superação das desigualdades sociais entre mulheres e homens, em que,

O feminismo possibilitou a crítica aos modelos de dominação e subordinação da mulher; demonstrou as desigualdades sociais entre homens e mulheres no acesso ao direito à educação, ao voto, ao patrimônio familiar, à justiça, ao trabalho, a bens materiais etc.; questionou as representações acerca do “ser mulher” e do “ser feminino”; estudou o patriarcado, o machismo e a heteronormatividade e vem demonstrando o caráter de construção social e cultural dessas representações numa sociedade misógina e sexista.

A evidência de que ainda vivemos em uma sociedade sexista pode ser observada, por exemplo, nos cargos de poder, uma vez que “existem mais mulheres do que homens no mundo – 52% da população mundial é feminina –, mas os cargos de poder e prestígio são ocupadas pelos homens” (ADICHIE, 2015, p. 20). Tal fato é reflexo da compreensão de que o poder é, supostamente, uma seara meramente masculina. Questionar tais premissas, têm sido à luta de pesquisadoras feministas, desde Simone de Beauvoir, que em sua obra “O Segundo Sexo” (2009), com a sua célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se”, mostrou como no decorrer da História, foi imputado às mulheres um lugar hierarquicamente abaixo, de submissão, de obediência, como é o caso do casamento.

O casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher. Ambos os sexos são necessários um ao outro, mas essa necessidade nunca engendrou nenhuma reciprocidade; nunca as mulheres constituíram uma casta estabelecendo permutas e contratos em pé de igualdade com a casta masculina (BEAUVOIR, 2009, p. 548).

Este constructo social, que coloca o homem numa posição privilegiada em relação ao ser mulher, são culturalmente transmitidos, de forma contínua, de geração a geração. Exemplo disso está no próprio sexismo da linguagem, como é destacado por Montserrat Moreno (1999), quem afirma que o referenciamento da língua na forma masculina para se referir a todas as pessoas, de maneira geral, (todos, alunos, eles etc.) demonstra que o uso da linguagem na forma masculina não é neutro, mas está bem posicionado ao lado da estrutura patriarcal que permeia a estrutura social.

Outro fato que ilustra os constructos de gênero, diz respeito a como, desde muito cedo, são estabelecidos os estereótipos de gênero. Já na gestação, quando o sexo do bebê é descoberto, logo o corpo começa a ser inscrito e delimitado dentro de um discurso, uma vez que o enxoval, as cores, os brinquedos, os planos para após o nascimento da/o bebê, os populares “chás de revelação”, são feitos de acordo com o que seria supostamente mais adequado a uma vulva ou a um pênis (PIRONI; ROSSI; MAIO, 2022). Após o nascimento, essas representações de gênero se intensificam. Isso pode ser observado, por exemplo, nas brincadeiras, em que aos meninos, cabe a “liberdade” para os esportes, para serem super-heróis, policiais, bandidos, ou seja, brincadeiras de cunho mais agressivo e ativo. Já para as meninas,

cabe a suposta “liberdade” para serem cozinheiras, fadas, princesas, mães, ou seja, expressarem comportamentos voltados para o cuidado, para a família, o lar, a maternidade e o casamento, ressaltando uma certa “fragilidade” (ADICHIE, 2015; LOURO, 1997; MORENO, 1999).

É justamente a compreensão exposta por Adichie (2015), sobre o quanto a valorização do casamento é imputada, desde cedo, muito mais para as meninas do que para os meninos, que reflete o que temos notado acerca de como as mulheres têm se sobrecarregado e se desdobrado em meio ao contexto atual de pandemia, para exercerem as funções atribuídas pela docência de modo remoto, pela continuidade da produção acadêmica, em conjunto aos demais aspectos de suas vivências. Para tanto, recorremos a Figura 1, da pesquisa realizada pelo *Parent in Science* (2020), o qual mostra que em todas as intersecções (de gênero, raça, parentalidade), há um número significativamente menor de mulheres, em relação aos homens, que têm conseguido manter a docência em tempos de isolamento social.

Desta forma, consideramos a plausibilidade dos estudos de gênero e dos estudos feministas, para as discussões que procuramos empreender nesta pesquisa, principalmente em torno das análises das respostas das participantes desta pesquisa, sobre ser mulher, docente e pesquisadora no contexto de pandemia. Melhor dizendo, buscamos questionar as relações de poder imbricadas sobre o “ser mulher”, o que pode contribuir para estremecer as desigualdades vigentes, como também é afirmado por Louro (2013, p. 48), de que uma estratégia desestabilizadora, problematizará, por exemplo, o fato das mulheres “serem denominadas de “o segundo sexo” (uma afirmativa que é, via de regra, consensual e indiscutível) e levará a analisar as narrativas [...] que instituíram este lugar para o feminino”. A pandemia ocasionada pelo COVID-19 é um fenômeno recente e que tem impactado diretamente na vida das mulheres. Em meio a tanta instabilidade emergem as iniciativas de pesquisadoras/es inseridas/os no âmbito acadêmico que busquem problematizar as questões que se sobrepõem ao contexto atual, a exemplo das desigualdades de gênero que têm se caracterizado em meio à pandemia.

Deste modo, enquanto pesquisadoras e pesquisadores, compreendemos a plausibilidade de tencionarmos nos estudos de gênero e feministas para contribuir na compreensão dos fenômenos que se fazem presentes no contexto atual. Um dos exemplos que evidencia o quanto as mulheres têm sido afetadas por este momento, é o aumento da violência contra a mulher durante a pandemia. No caso do Brasil,

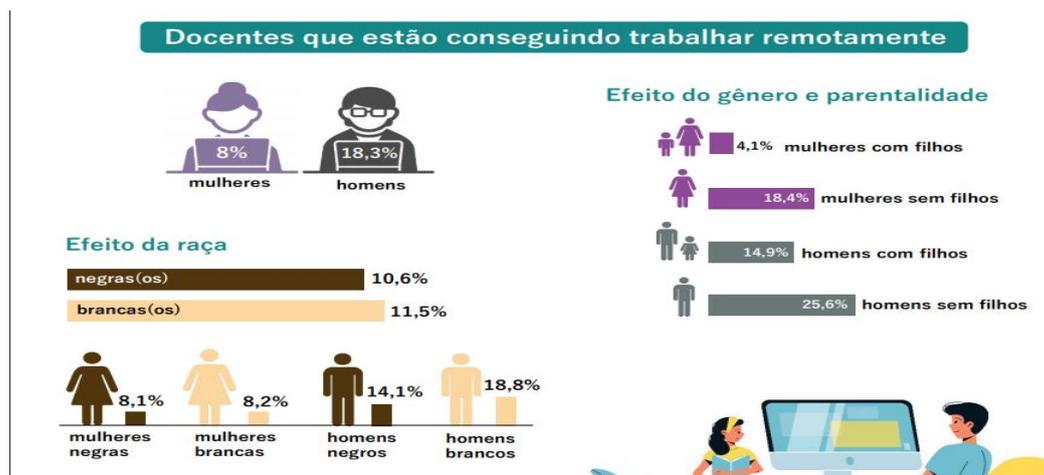
[...] segundo dados do Ligue 180 disponibilizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos houve um aumento de cerca de 17% no número de ligações com denúncias de violência contra a mulher durante o mês de março, período inicial da recomendação do distanciamento social no país. No Rio de Janeiro, dados do plantão do Ministério Público Estadual revelam um aumento de 50% nos casos de violência doméstica já no primeiro fim de semana após os decretos estaduais que propuseram o distanciamento social, sendo a maior parte das denúncias envolvendo violência contra a mulher. Do mesmo modo, no Paraná, houve um aumento de 15% nos registros de violência doméstica atendidos pela Polícia Militar no primeiro fim de semana de distanciamento social. Situações semelhantes são reportadas no Ceará, Pernambuco e São Paulo (MARQUES, *et al.* 2020, p. 1-2).

Estes dados mostram como as desigualdades de gênero, sobrepostas sobre as mulheres, se acentuam de maneira mais veemente durante o contexto vivido. No caso das professoras, pesquisadoras, o que acontece é que as mulheres se veem sob a necessidade de dividirem-se em múltiplas funções, ao mesmo tempo em que tentam atender as demandas da produção acadêmica. Um exemplo que ilustra este fato é o levantamento feito pelo Movimento *Parent in Science* (2020) durante o isolamento social. O relatório denominado “Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade”, teve seus dados coletados durante os meses de abril e maio de 2020 e “os questionários foram respondidos por quase 15 mil cientistas, entre discentes de Pós-Graduação, pós-doutorandas(os) e docentes/pesquisadores[as]” (PARENT IN SCIENCE, 2020, p. 2).

Entre os dados obtidos pelo *Parent in Science* (2020) que podemos destacar, relaciona-se ao número de docentes que têm conseguido trabalhar de forma remota. Em suma, 18,3% dos homens alegaram conseguir trabalhar remotamente, enquanto apenas 8% das mulheres afirmaram o mesmo. Em relação aos efeitos de gênero e parentalidade, somente 4,1% das mulheres com filhas/os disseram prosseguir com o trabalho em modo remoto, enquanto 14,9% dos homens com filhas/os mantêm o trabalho docente mediante o isolamento social. Quanto às mulheres sem filhas/os, 18,4% afirmaram que mantêm o trabalho docente, remotamente, enquanto 25,6% dos homens sem filhas/os continuam a docência durante a pandemia (PARENT IN SCIENCE, 2020, p. 3).

Conforme apresentado na figura a seguir, é possível visualizarmos os dados apresentados pelo *Parent in Science* (2020), na imagem verificamos o percentual de pesquisadoras/es que conseguiram desempenhar seu trabalho de forma remota. Além disso, verifica-se a composição familiar das/os participantes, bem como a questão racial.

Figura 1: Representação das/os pesquisadoras/es que desenvolveram trabalho remoto



Fonte: Parent in Science, 2020.

A partir da ilustração apresentada, verifica-se a disparidade entre homens e mulheres na realização do trabalho remoto durante a Pandemia de COVID/19. A imagem revela que os homens, cerca de 18,3%, conseguiram desempenhar tais atividades, em contraposição as

mulheres, em que, apenas 8% conseguiram desenvolver suas atividades de modo remoto. Além do gênero, os dados levam em consideração a raça e a parentalidade, ou seja, se a pessoa possui ou não filhos/as. No que diz respeito a este último aspecto, verifica-se que quando comparadas com as mulheres e os homens brancos, o número de mulheres e homens negros/as que desenvolveram suas atividades profissionais de modo remoto é menor. Diante desses dados, vale destacar que, na contemporaneidade, o feminismo tem dado atenção para as questões vinculadas a denominada interseccionalidade, uma vez que se verifica que a opressão direcionada à mulher não ocorre de modo independente, mas de maneira inter-relacionada, assim, não se expressa apenas mediante o gênero, mas perpassa a classe social e a raça/etnia.

De maneira geral, os dados supramencionados ilustram o quanto as mulheres docentes e pesquisadoras têm suas atividades afetadas pelo momento de pandemia, além da desigualdade de gênero e racial que têm sofrido. Consideramos que estes dados são intimamente reflexos de um processo histórico, que durante séculos, impôs às mulheres o lugar de “segundo sexo” (BEAUVOIR, 2009) e que até hoje sinalizam as suas marcas.

Historicamente, foi somente no cerne das lutas feministas, na virada do século XIX para o século XX, com o advento da Primeira Onda feminista, com as reivindicações das sufragistas pelo direito ao voto, e iniciativas subsequentes (direito à educação, ao trabalho, melhores condições salariais), que deram espaço para que valores tradicionais como “Respeito”, “Obediência”, “Submissão”, “Delicadeza no Trato”, “Pureza”, “Capacidade de Doação” e “Habilidades Manuais” (ALVES, 2000, p. 237), considerados como atributos fundamentais para a definição de “boa moça” (as mulheres brancas), começasse a ser questionado, o que significou “deixar de estar na linha de frente’ da educação da menina/moça, permanecendo, sem dúvida, de forma “encoberta”, enquanto a mulher conquista o direito à escolarização e a exercer atividades profissionais diversificadas” (ALVES, 2000, p. 237).

Destarte, o advento da mulher no mundo do trabalho e no espaço acadêmico é o resultado de um processo de luta histórica, mas que ao mesmo tempo, também tornou a desigualdade de gênero ainda mais evidente, pois a entrada das mulheres no mercado de trabalho não significou um compartilhamento mais justo de funções entre homens e mulheres, ou a diminuição/alívio das tarefas naturalizadas como “femininas”, muito pelo contrário, acentuou a sobrecarga e as múltiplas jornadas de trabalho.

Em outros termos, a ida da mulher para o trabalho fora do lar, estaria (e continua sendo) condicionada à manutenção de outras atividades, como a maternidade, as atividades domésticas, o casamento etc.; o que implica no desdobramento de diversas táticas para que consigam exercer todas estas funções, inclusive, abdicando de si mesmas e de seus desejos. Um exemplo que ilustra esta realidade, pode ser contemplado “quando as mulheres dizem que tomaram determinada atitude para ‘ter paz no casamento’, é porque em geral desistiram de um emprego, de um passo na carreira, de um sonho” (ADICHIE, 2015, p. 34).

No que concerne ao âmbito da docência e da Pós-Graduação durante a pandemia, podemos refletir que há o desafio para que mantenham o nível de produtividade, fazendo com

que se desdobre e descubram novas formas para que continuem atendendo as demandas que lhes são exigidas, como: pesquisa, orientações, produção de artigos, ministração de aulas remotas, palestras online, participação em reuniões, bancas de defesa, dentre outras atividades. Além disso, todas estas atividades profissionais se dão em meio aos demais aspectos, como: a maternidade, o casamento, as tarefas domésticas etc.; que podem revelar como as desigualdades de gênero se acentuam de forma mais veemente em meio ao momento atual.

3 Mulheres pesquisadoras: vivências em tempos de pandemia

A fim de identificar e analisar questões em torno das vivências de mulheres, docentes, pesquisadoras, que estão no espaço universitário, em meio ao cenário de enfrentamento do COVID-19, nesta pesquisa aplicamos um questionário de entrevista à 10 mulheres. Para tanto, todas deveriam preencher os seguintes critérios: serem mulheres, docentes de alguma Instituição de Ensino Superior pública ou privada, pesquisadoras que estivessem inseridas em algum programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado). Outros aspectos como: maternidade, casamento, a religiosidade etc.; não foram colocados como critérios obrigatórios de seleção das participantes, pois compreendemos as particularidades de suas vivências. Assim, lidamos com a possibilidade de que algumas participantes possam ser casadas com ou sem filhas/os, outras possam ser mães solo, solteiras, divorciadas etc.; o que nos deixa abertas/os para as possíveis intersecções que venham se fazer presentes nas vidas delas.

Na primeira etapa da pesquisa, houve a elaboração e o cadastro do Projeto de Pesquisa na Plataforma Brasil. No caso específico de nossa investigação, a pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá, processo nº 35200720.1.0000.0104, Parecer Consubstanciado nº 4.188.050. Após a aprovação do mesmo, ocorreu a busca ativa pelas participantes da pesquisa por meio da técnica *snowball* (bola de neve). Esta técnica pressupõe que os sujeitos da pesquisa serão encontrados por meio das indicações que preencham os requisitos de seleção e, sucessivamente, formarão uma bola de neve, constituindo, assim, a totalidade de participantes (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Foi necessário solicitar para que cada uma das 5 primeiras participantes (sementes), indicassem mais uma pessoa de seu conhecimento, para participar da pesquisa. Constituindo assim, a totalidade de 10 participantes. Para solicitar a participação de cada docente, foi enviado um e-mail fazendo o convite, explicando as intenções da pesquisa e os demais procedimentos éticos. Ao aceitar participar, cada uma recebeu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Assim, o instrumento de coleta de dados foi um questionário online, viabilizado por intermédio da plataforma *Google Forms*, uma vez que esta é uma ferramenta vantajosa, que facilita e otimiza o trabalho, tanto para as participantes, quanto para as/os pesquisadoras/es, pois o formulário pode ser disponibilizado por meio de um endereço eletrônico e quando as respondentes finalizam o seu preenchimento, imediatamente é encaminhado para a caixa de e-mail das/os pesquisadoras/es. No caso do questionário que foi construído para esta pesquisa, foi constituído por oito questões, tanto dissertativas, quanto

objetivas, que versam a respeito de como as professoras têm desempenhado à docência em tempos de pandemia, sobre as atividades de pesquisa, a rotina e demais atividades cotidianas.

Após a coleta de todos através dos questionários preenchidos, os dados foram analisados e tabulados, por meio de eixos temáticos. Esta forma de organização pressupõe o agrupamento das respostas de acordo com o conteúdo em comum, presentes nos discursos nas participantes. A coleta de dados ocorreu durante os meses de agosto e setembro de 2020, conforme cronograma pré-estabelecido. Por questões éticas, nenhuma das participantes será identificada por seu nome verdadeiro. Assim, elas receberam nomes fictícios, inspirados em mulheres feministas, que se propuseram a lutar pela igualdade de gênero, bem como pela igualdade racial. Todas são personalidades conhecidas em âmbito nacional e/ou mundial, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1. Dados gerais referentes às participantes da pesquisa

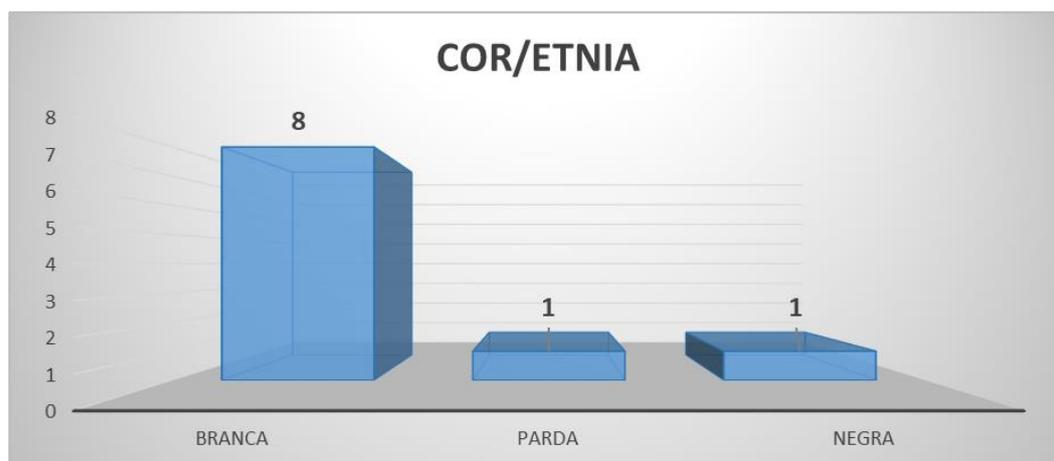
PARTICIPANTE	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	RELIGIÃO
1 – Ângela	46	Solteira	2	Católica
2 – Eliane	47	Divorciada	1	Católica
3 – Simone	54	Casada	Não possui	Católica
4 – Djamila	47	Casada	2	Não possui
5 – Dandara	42	Casada	Não possui	Não possui
6 – Judith	35	União estável	1	Católica
7 – Frida	56	Casada	2	Católica
8 – Olga	43	Casada	Não possui	Não possui
9 – Joana	53	Divorciada	1	Católica
10 – Rosa	47	Casada	2	Católica

Fonte: Elaboração do/das autor/autoras, 2021.

Conforme o Quadro 1, as participantes foram identificadas como: Ângela, Eliane, Simone, Djamila, Dandara, Judith, Frida, Olga, Joana e Rosa. Ao verificar os dados gerais sobre as entrevistadas notamos que alguns elementos e informações convergem entre as mesmas e outros divergem. As primeiras questões trataram de identificar dados pessoais sobre a vida de cada uma das participantes, elas foram questionadas sobre sua idade, estado civil, se têm filhos/as ou não e por fim, se fazem parte de alguma religião. Em relação à faixa etária, verificamos que todas possuem idade acima de 35 anos e inferior a 56 anos. Entre as dez docentes, seis têm idade entre 40 e 49 anos, três estão na faixa etária entre 50 e 56 anos e apenas uma participante possui 35 anos de idade.

Quando questionamos acerca de seus estados civis, a maior parte das entrevistadas, neste caso, seis participantes, identificaram-se como casadas. Além disso, outras duas são divorciadas, uma é solteira e uma possui união estável. Entre as dez participantes, sete têm entre um/a e duas/dois filhas/os e três participantes não têm filhas/os. Por fim, quando questionadas se pertencem a alguma religião, sete afirmaram que são católicas e outras três não possuem religião alguma.

Ainda sobre os dados gerais, o próximo gráfico apresenta as respostas das participantes com relação à cor/etnia. A este respeito a maioria das participantes, neste caso, oito mulheres (80%), identificam-se como mulheres brancas, uma identificou-se como parda e uma como negra conforme apresentado no gráfico 1:

Gráfico 1. Representação da cor/etnia das participantes da pesquisa

Fonte: Elaboração do/das autor/autoras, 2021.

Os dados apresentados por meio do gráfico, nos permite visualizar que 80% das mulheres aqui pesquisadas são brancas, enquanto 20% identificam-se como parda ou negra. Se levarmos em consideração a realidade brasileira, é possível identificar que o Brasil é o país, fora do continente africano, com maior percentual de pessoas negras. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2019, cerca de 56% da população brasileira era constituída por pretas/os ou pardas/os. No entanto, no país, é possível verificar que alguns espaços são pouco ocupados por esta parcela da população. Um exemplo disso é a própria Universidade.

A formação social brasileira, teve como base a escravidão do povo negro, a qual perdurou por quase trezentos anos e deu base para a instituição e fortalecimento das desigualdades raciais e a constituição do racismo estrutural que perdura no país e afeta, de forma mais aprofundada, homens e mulheres negras/os. No que tange os aspectos relativos ao racismo estrutural, Silvio de Almeida (2019), pondera que o racismo expressado institucionalmente tem como base uma estrutura social. É mediante tal estrutura que as instituições materializam um modo de socialização que tem o racismo enquanto um de seus componentes orgânicos. Para o autor, o racismo institucional, possui como característica a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição que está de algum modo articulada à ordem social que ela visa resguardar.

De acordo com Cisne e Santos (2012), ao reunir o racismo e sexismo, os efeitos produzidos sobre a mulher negra serão violentos. Notamos que sob o solo da violência sexista e racista, naturaliza-se que a mulher negra estará frequentemente na condição de subserviência. Esta será a cozinheira, a faxineira, a servente ou até mesmo a prostituta.

Segundo Cisne e Santos (2012), ao apresentarem dados referentes à Política Feminista elaborada no ano de 2002, notou-se que as mulheres negras e indígenas pouco se beneficiaram das conquistas das mulheres brasileiras, mesmo após anos de ampliação e conquista de direitos

das mulheres. São as mulheres negras que ainda ocupam a base da pirâmide social, desempenhando funções consideradas de menor prestígio. Além disso, as mesmas apresentam um maior índice de desemprego e recebem menores salários se comparados com a população economicamente ativa.

As mulheres negras ainda enfrentam as desigualdades de gênero e a desigualdade racial em maior proporção se comparadas às mulheres brancas. De acordo com a pesquisa realizada pelo Pnad (2019), as desigualdades raciais podem ser verificadas em diversas estatísticas, contudo, elas são ainda mais gritantes quando se trata da mulher negra. Quando o assunto é a inserção da mulher negra no mercado de trabalho, o Pnad apresenta que entre o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2018 a vulnerabilidade das mulheres negras ao desemprego caracteriza-se como 50% maior, em relação às mulheres brancas em que o percentual é de 30% se considerarmos a população economicamente ativa. Salientamos ainda, que esta situação se agravou frente à Pandemia de COVID-19 (SUDRE, 2020).

Além disso, conforme o estudo Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, divulgado pelo IBGE, homens brancos ganham mais que o dobro na média salarial de mulheres negras, e mulheres brancas ganham 70% a mais (SUDRE, 2020). Com relação à escolaridade das mulheres brasileiras, de acordo com os dados da pesquisa "Estatísticas de gênero" divulgada pelo IBGE (2018), verificamos que as mulheres estudam por mais anos que os homens. Entre as pessoas de 25 a 44 anos de idade, o percentual de homens que completaram a graduação é de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicando 37,9%, número superior ao dos homens. No entanto, o porcentual de mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%) é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) e é mais do que o triplo daquele encontrado para os homens pretos ou pardos (7%).

A Universidade, embora seja um espaço em que é possível encontrar a diversidade, ainda apresenta limites para a entrada e a permanência de determinados grupos neste espaço. Para responder a demanda de alguns grupos socialmente excluídos, em 2012, o governo Dilma (2011-2016) sancionou a lei nº 12.711 (BRASIL, 2012), conhecida como Lei de Cotas. Embora seja recente, a lei representa um avanço no que diz respeito ao acesso à Educação pela população negra no Brasil, sobretudo às mulheres negras.

Com relação à escolaridade das mulheres participantes da pesquisa, conforme apresentado no Quadro 2, notamos que todas formaram-se em cursos de graduação entre os anos de 1988 e 2008. Além disso, todas possuem Pós-Graduação e a maioria cursou ou está cursando o Doutorado ou Pós-Doutorado em Educação.

Quadro 2. Escolaridade das pesquisadoras participantes

Participante	Graduação (Ano de término)	Pós-Graduação (Doutorado) (Ano de término)	Curso de Graduação	Curso de Pós-Graduação
1 – Ângela	1998	2018	História	Doutorado em Educação
2 – Eliane	1993/2000/2008	Em curso	Não respondeu	Doutorado em Educação

3 – Simone	1995	2006	Pedagogia	Doutorado em Educação
4 – Djamila	1995	2006	Pedagogia	Doutorado em Educação
5 – Dandara	2006	Em curso	Pedagogia	Doutorado em Educação
6 – Judith	2005	2014	Pedagogia	Doutorado em Educação
7 – Frida	1988	2004	Serviço Social	Doutorado em Educação
8 – Olga	1998	2002	História	Não respondeu
9 – Joana	1988	2016	História	Pós-Doutorado Educação
10 – Rosa	1995	2016	Pedagogia	Doutorado em Educação

Fonte: Elaboração do/das autor/autoras, 2021

Conforme apresentamos no Quadro 2, notamos que duas docentes se formaram em 1988, uma formou-se no ano de 1993, três formaram-se em 1995, duas em 1998, uma no ano 2000, uma em 2005, uma em 2006 e a última em 2008. Além disso, observamos que uma das participantes possui três graduações, as demais possuem apenas uma. A maioria das entrevistadas possui graduação em Pedagogia, estas representam a metade das participantes da pesquisa, ou seja, cinco docentes. Na sequência, três profissionais apresentam a graduação em História, uma formou-se em serviço social e a participante Eliane não respondeu quais os cursos de graduação em que se formou.

A respeito da Pós-Graduação em nível de Doutorado, há certa semelhança entre as participantes. Entre as dez, oito responderam possuir Doutorado em Educação, Joana é a única que possui Pós-Doutorado em Educação e Olga não respondeu à questão. Além disso, entre as participantes, é importante salientar que Dandara e Eliane ainda estão cursando o Doutorado em Educação. Sobre as demais participantes, o ano de término do curso de doutoramento concentrou-se entre os anos de 2002 a 2018.

Durante a coleta de dados, o pré-requisito era de que as participantes estivessem lecionando na Pós-Graduação, ou cursando Mestrado ou Doutorado, além disso, todas deveriam ser docentes de cursos de graduação e/ou Pós-Graduação. Assim sendo, o próximo Quadro apresenta os resultados relativos à experiência profissional das participantes da pesquisa:

Quadro 3. Escolaridade e experiência profissional

Participante	Anos de atuação como Docente	Anos de atuação no Ensino público	Anos de atuação no Ensino privado
1 - Ângela	27	27	15
2 - Eliane	23	22	19
3 - Simone	31	31	1
4 - Djamila	25	22	2
5 - Dandara	14	Não atuou	12
6 - Judith	12	10	2
7 – Frida	26	26	1
8 – Olga	20	Não respondeu	8
9 - Joana	24	24	1
10 - Rosa	25	25	7

Fonte: Elaboração do/das autor/autoras, 2021.

Conforme apresentamos no Quadro 3, todas as docentes possuem mais de dez anos de atuação no Ensino Superior, seja na graduação ou em cursos de Pós-Graduação. Até a data da participação na pesquisa, sete docentes apontaram que a sua atuação profissional tem entre 20 e 29 anos. Simone atua como docente há 31 anos. No caso de Dandara e Judith, atuam entre 10 e 19 anos no Ensino Superior. Verificamos também que todas as profissionais atuaram no ensino privado, mas atualmente o que prevalece é a atuação no ensino público. Entre as docentes, apenas uma, Dandara, atua e atuou exclusivamente no ensino privado. Além do fato de que o período de atuação no ensino público é maior quando comparado com a atuação no ensino privado.

Sobre a seguinte questão: “quais atividades você tem conseguido desenvolver em seu home office? Selecione quantos pontos quiser”. As respostas foram as seguintes:

Gráfico 2. Atividades desenvolvidas pelas participantes durante o Home Office



Fonte: Elaboração do/das autor/autoras, 2021.

Conforme observamos na tabela acima, a maior incidência de atividades desenvolvidas em home office concentram-se na participação de reuniões de modo remoto e na participação, como ouvinte, em cursos/ou palestras, contabilizando 9 respostas. Não obstante, os itens referentes à orientação de alunos/as e pesquisas, produção e avaliação de artigos científicos, apresentaram o total de 8 respostas. Também ressaltamos a incidência de 7 respostas afirmativas acerca da participação em bancas de modo remoto e a produção de material didático/preparo de aulas.

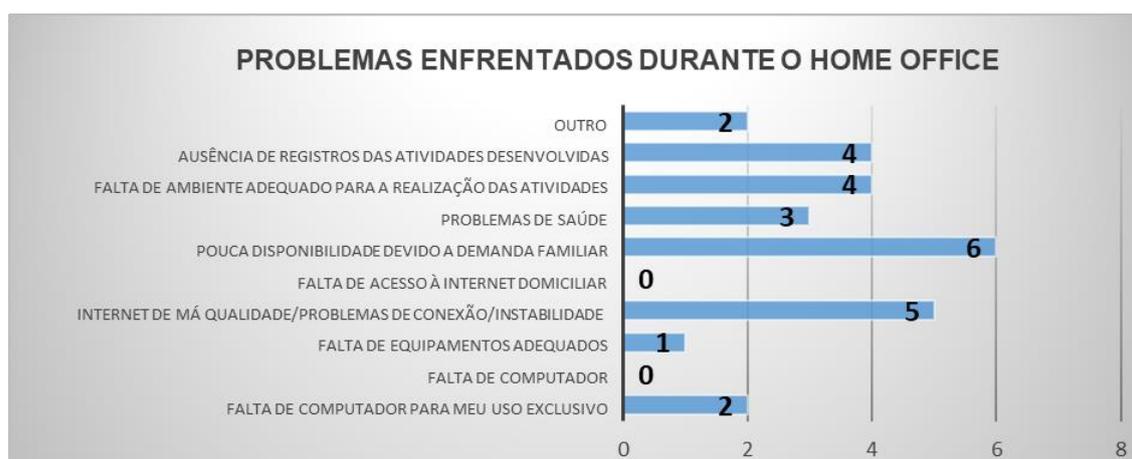
As respostas das docentes evidenciam como o deslocamento das atividades para o home office, não suprimiu ou minimizou as responsabilidades que antes eram realizadas em modo presencial, muito pelo contrário, exigiu que continuassem a desenvolvê-las sob novas configurações, “reorganizando padrões, redefinindo padrões e processos, com o risco de uma extrapolação dos níveis costumeiros de estresse em razão das (novas) situações a que estão tendo que se submeter” (AZEVEDO, 2020, p. 13). Exemplo disto, é o fato de que a maior parte – nove participantes - alegou que atualmente, tem participado de cursos e palestras de forma remota, o que mostra que mesmo em meio à pandemia, a formação das educadoras não se estagnou, continua acontecendo e, agora, prioritariamente, por meio de eventos online, já que

neste contexto, as tecnologias fazem um papel ativo na viabilização da continuidade das atividades acadêmicas e profissionais. Azevêdo (2020, p. 14) ressalta que este contexto se caracteriza pela busca por manter os processos pedagógicos “vivos”:

Agora, com o distanciamento físico compulsório, dado pela pandemia, a demanda de se manter os processos pedagógicos “vivos”, ocorre de que os laços com o(a)s educando(a)s precisam ser (r)estabelecidos, sob novos formatos. O que antes era contingencial, superficial, agora emerge como imprescindível, estratégico.

A afirmação de Azevêdo (2020) contribui para pensarmos como as educadoras, participantes desta pesquisa, afirmaram, em sua maioria, que têm continuado com as atividades de orientação de alunas/os, já que as atividades de pesquisa é a das funções que têm tido constância, ainda que em contexto de pandemia. Exemplo que corrobora isso é próprio fato de que oito participantes apontaram para a seguimento da pesquisa, produção e avaliação de artigos científicos. Sobre o questionamento acerca de “quais os maiores problemas enfrentados atualmente, durante a pandemia e em home office, que atrapalham o desenvolvimento do seu trabalho em relação às suas atividades? Selecione quantos pontos quiser”:

Gráfico 3. Problemas enfrentados pelas participantes durante o Home Office



Fonte: Elaboração do/das autor/autoras, 2021.

A partir dos dados acima, observamos que o tópico com maior incidência de respostas, diz respeito a “pouca disponibilidade devido a demanda familiar”, com o número de seis educadoras. Em segundo lugar, cinco educadoras assinalaram o tópico acerca da “internet de má qualidade/problemas de conexão/instabilidade”. Em terceiro lugar, quatro participantes assinalaram as alternativas “ausência de registros das atividades e desenvolvidas” e “falta de ambiente adequado para a realização das atividades”. Nos chama a atenção o fato de que o tópico com maior incidência diz respeito às dificuldades advindas de demandas familiares que recaem sobre elas, o que pode significar que a seara doméstica e parental, são aspectos que continuam sendo alocados à figura da mulher dentro do ambiente familiar.

As relações familiares têm sido discutidas de diferentes ângulos. Na perspectiva de Birolí (2019), a família corresponde a arranjos plurais, permeados por relações afetivas, de parentalidade, conjugais e de coabitação, os quais organizam de modos distintos a vida

cotidiana. Além disso, este arranjo modifica-se historicamente e não se organiza hoje como se organizava em outras décadas. Nesta mesma perspectiva, os valores e papéis atribuídos ao feminino e ao masculino não permaneceu o mesmo. No entanto, mulheres e meninas continuam a ser as principais responsáveis pelo trabalho doméstico.

No que diz respeito a maternidade, Biroli (2019) pondera que tal atividade não costuma ocorrer em tempo integral, porém, quando ocorre, pode apresentar as marcas do desemprego e da precariedade. Além disso, as escolhas das mulheres podem ser influenciadas pela dificuldade de conciliar o cuidado para com os filhos e o exercício do trabalho remunerado. Verifica-se que a lógica a qual estão vinculadas as relações de trabalho, não incorporam a dependência de outras pessoas em relação às trabalhadoras. Neste sentido, compreende-se que a responsabilização da mulher pelas atividades domésticas e o cuidado com os/as filhos/as e o bem-estar familiar, está vinculada a uma construção histórica e cultural dos papéis das mulheres nesta sociedade, o que impacta diretamente no seu exercício profissional.

3.1 Jornadas de trabalho(s), insatisfações e descontentamentos

O desenfreado contágio pela variante COVID-19 trouxe impactos para diversas categorias profissionais, às quais as docentes foram obrigadas a adaptarem-se as atividades remotas como forma de manutenção de seus empregos. Assim, este item se propõe a apresentar algumas reflexões acerca da jornada de trabalho, as insatisfações e os descontentamentos de mulheres pesquisadoras que executaram o trabalho remoto/home office, no ano de 2020, durante a pandemia. Conforme explicitado por Ana Lemos, Alane Barbosa e Priscila Monzato (2020), a adoção do home office no contexto da pandemia obrigou as/os profissionais e seus familiares a adaptarem-se a uma nova realidade no espaço doméstico, educacional, profissional e social. Em âmbito doméstico as atividades se intensificaram devido à diminuição da oferta de trabalhos habitualmente contratados.

No que se refere às atividades físicas e sociais, estas tornaram-se menos frequentes. S às atividades desempenhadas pelas escolas e universidades, estas passaram a ter o conteúdo ministrado de forma remota, por meio de plataformas digitais. Tais mudanças produziram impactos diversos na vida profissional das/os trabalhadoras/es. Frente à pandemia, as docentes e pesquisadoras buscaram outras alternativas para desempenharem suas pesquisas e seu trabalho. Nesta pesquisa, o trabalho remoto tornou-se uma realidade na vida das 10 mulheres entrevistadas, todas foram compelidas a se adaptarem à nova realidade. Assim, ao serem questionadas a respeito da forma como desempenharam suas atividades neste momento de pandemia, as pesquisadoras responderam que:

Tenho desempenhado minhas atividades em home office fazendo a organização, tratamento e análise dos dados coletados antes da pandemia, bem como feito estudos teóricos e trabalhado na escrita da minha tese. Paralelo a isso, tenho orientado remotamente as pesquisas de trabalhos de conclusão de curso dos alunos do curso ao qual estou vinculada como docente (Eliane).

Como as reuniões remotas, avaliação de artigos e trabalhos acadêmicos aumentaram nos dois últimos meses, tenho tido falta de tempo para me dedicar a pesquisa. No que

se refere ao acesso aos dados, a pandemia não inviabiliza minha atividade de pesquisa pois faço pesquisa documental e bibliográfica e já tenho as fontes coletadas. Embora a pandemia e as preocupações que suscita interfiram na capacidade de concentração, por outro aumentam a disposição para a pesquisa sobre políticas educacionais e sociais (Djamila).

A partir das duas falas supracitadas é possível notar que as atividades de pesquisa se perpetuaram, porém, com outra formatação. No caso de Eliane, concomitante à análise dos dados de sua pesquisa, há o processo de orientação junto aos alunos e às alunas da graduação. Neste caso, ao desempenhar atividades rotineiras, a mesma mostra que se adaptou à nova realidade. Contudo, destacam-se as atividades desempenhadas por Djamila, segundo a qual houve um aumento de trabalho neste período, fato que se caracterizou enquanto um impeditivo para dedicar mais tempo à realização de sua pesquisa. A partir da realidade apresentada por ambas (Eliane e Djamila), é possível verificar que as mesmas estariam trabalhando por mais tempo e realizando tarefas simultâneas ao desempenharem suas funções em home office. Ao serem questionadas sobre os aspectos negativos em trabalhar e desempenhar as atividades de pesquisa em home office, as pesquisadoras: Eliane, Simone, Judith, Frida e Joana responderam que:

Trabalho em home office mistura família, trabalho da casa e da universidade, mas é preciso saber lidar com isso. Às vezes cansa (Eliane).

Perde-se o controle da jornada de trabalho (trabalha-se além da carga horária): somos nós que temos que arcar com as despesas para executar as funções (energia elétrica, acesso à internet, equipamentos, material de escritório etc.); falta de convívio presencial com a equipe torna a atividade mais solitária; angústia e incerteza por conta da pandemia (Simone)

A sensação exaustiva de trabalhar 3 períodos por dia e ainda ouvir julgamentos de pessoas externas ou mesmo familiares que desconhecem o universo acadêmico e acham que não trabalhamos (Judith).

A indistinção entre o horário para realização de atividades profissionais. Houve um excessivo aumento da jornada de trabalho (Frida).

Cansaço. Vistas embaçadas. dor nas costas (Joana).

É notável que, profissionalmente, as mulheres sofreram com os impactos do isolamento social. Como apresentado, mediante as entrevistas, as docentes mostram-se cansadas por trabalhar por mais tempo do que o habitual. Conforme ponderado por Judith, Frida e Simone, durante o home office houve uma perda no controle das atividades desempenhadas. Além disso, elas apontam para o aumento excessivo da jornada de trabalho e para a sensação de se trabalhar por um período maior que o habitual. Simone pondera ainda que as pesquisadoras, para desempenharem suas atividades profissionais, acabam tendo que arcar com algumas despesas: energia elétrica, internet, equipamentos, material de escritório etc. A pesquisadora ainda revela suas angústias frente a da pandemia. Por fim, Joana destaca o cansaço físico em desempenhar tais atividades e Frida revela certo cansaço ao envolver o trabalho em home office, a família e o trabalho da casa.

Quando questionamos a respeito dos aspectos positivos em desempenhar as atividades

de pesquisa em home office, Dandara e Frida explicitaram que não há aspectos positivos. Contudo, as demais entrevistadas revelam que há algumas vantagens ao desenvolver as atividades em home office. Para as pesquisadoras:

[...] não se perde tempo com o deslocamento, flexibilidade no horário de trabalho, aumento da produtividade, mais tempo para a família (Eliane).

[...] produzir conhecimento coletivamente, ainda que a interação ocorra em ambiente virtual (Simone).

[...] acompanhar mais de perto as atividades dos filhos, liberdade para administrar os horários, uso do computador pessoal (Djamila).

[...] as reuniões administrativas ficaram mais fáceis de serem desenvolvidas. As aulas assíncronas da graduação faço através do Padlet e os alunos têm gostado muito (Joana).

Conforme expressam Eliane e Djamila, por intermédio das atividades remotas foi possível acompanhar mais de perto as atividades das/os filhas/os e ter mais tempo com a família. No que diz respeito ao deslocamento para o trabalho, Eliane considera positivo o fato de não necessitar deslocamento, além disso os horários tornaram-se mais flexíveis e, segundo Joana, as atividades administrativas tornaram-se mais fáceis de serem realizadas. Contudo, os impactos da crise sanitária no trabalho das mulheres contribuíram para o agravamento da precarização, bem como da exploração do trabalho das pesquisadoras. Assim, percebemos uma dubiedade, pois ao mesmo tempo em que neste período, as mulheres trabalharam mais e ainda realizaram tarefas simultâneas junto à família e atividades domésticas, paralelamente existem alguns achados positivos do isolamento social, já que encontramos relatos de melhoria nas relações interpessoais (no ambiente virtual), na proximidade com os/as familiares e no acompanhamento mais próximo sobre a educação dos/das filhos/as (CANUTO et al., 2020).

3.2 A organização de si frente a responsabilidade materna

Organizamos este eixo frente à percepção de que questões referentes à maternidade se destacaram na fala das participantes. Discutir tal questão, faz-se pertinente, haja vista que, culturalmente, a maternidade é encarada sob um prisma positivamente idealizado, que a tem como aspecto supostamente inato ao ser mulher, acompanhado de exigências para a “boa mãe”, por exemplo: ternura, amor, doçura, carinho, doação, sacrifício etc. (ROSSI; PADOVANI; BRESCANSIN, 2020).

Em algumas respostas de nossas participantes, foi possível observar que a organização de si mesmas, se dá mediante à organização com a/o outra/o, principalmente, com as/os filhas/os. Um exemplo disto, foi a resposta de Ângela que afirmou a preferência por estudar a noite ou na madrugada, pois é o horário em que o filho, a filha e a mãe, estão dormindo, assim ela tem um espaço mais tranquilo para realizar as suas atividades, sem interrupções. Já na resposta de Eliane, a participante evidencia que é a única responsável pelas atividades em casa e com a filha, o que acaba sobrecarregando-a.

Estudo às vezes de dia, mas tenho que acompanhar minha filha e meu filho nas atividades de estudo quando precisam, organizar a casa, cafés, almoços/jantas. Procuo estudar mais a noite ou de madrugada, mais tranquilo, enquanto todos dormem a filha e o filho, e a minha mãe (quando ela está aqui em minha casa, nesta Pandemia ficou aqui 3 meses conosco, ela tem 76 anos de idade e precisa de atenção também) (Ângela).

Não conto com ninguém para dividir as atividades de casa e os cuidados com a minha filha. Acredito que essas questões sobrecarregam as mulheres tanto na pandemia quanto antes dela, pois precisamos dar conta da vida profissional e dos cuidados com a prole (Eliane).

A situação descrita por Ângela, ilustra o quanto muitas mulheres abdicam de si mesmas, por conta dos cuidados familiares, uma vez que, fica explícito que as/os demais membros de sua família fazem suas atividades nos horários previamente estabelecidos, enquanto suas próprias atividades acabam sendo realocadas para um segundo plano. No contexto da pandemia, este fator se mostra com mais veemência, uma vez que ao exercerem as atividades docentes e de pesquisa em regime de home office, torna-se ainda mais árdua a tarefa de organizarem as múltiplas funções, pois estão (quase) todas inseridas em um mesmo espaço e numa mesma temporalidade: o ambiente de trabalho, o ambiente de pesquisa, o ser mãe, o ser filha, o ser trabalhadora, etc.

Tanto no caso de Ângela quanto de Eliane, ainda cabe destacar que o fato de serem mães-solo parece ser uma questão ainda mais tênue, pois a monoparentalidade, também pode representar algumas “dificuldades de seguir trabalhando sem uma rede de apoio, que varia muito a depender das condições socioeconômicas e culturais destas mulheres” (OLIVEIRA, 2020, p. 158).

Outras participantes, Eliane e Djamila, descreveram que nem sempre conseguem cumprir com os que haviam previsto. No caso de Eliane, ela busca realizar um cronograma com estabelecimento de horários, inclusive, para que consiga oferecer atenção a filha, mas alegou que nem sempre consegue cumpri-lo, já que surgem imprevistos no dia a dia. Quanto a Djamila, alegou que há diversas interrupções quando está estudando/trabalhando, por conta das demandas familiares e domésticas.

Procuo fazer um cronograma, estabelecendo horários de trabalho e estudo; para a organização da casa (alimentação, limpeza, etc); para dar atenção à minha filha e acompanhar suas atividades escolares. No entanto, nem sempre consigo seguir o cronograma, tendo em vista os imprevistos que surgem na casa, alguns problemas de saúde e o "desânimo" provocado pela situação da pandemia (Eliane).

[...] embora tenha mencionado como positivo a possibilidade de acompanhar os filhos, as demandas familiares e domésticas são por vezes exaustivas. Nem sempre é possível continuar a leitura ou a produção de um texto no momento em que queremos ou que estamos empolgados, como costumamos dizer. A interrupção das atividades pelas demandas domésticas seria uma das maiores desvantagens. Além disso, a oscilação da internet em uma rede residencial onde quatro pessoas precisam fazer reuniões, aulas... (Djamila).

Na resposta de Eliane, nos chama a atenção o fato do destaque que a própria participante fez questão de elucidar, sua responsabilidade em cuidar da filha e acompanhar suas atividades escolares. Na resposta de Djamila há a presença das demandas domésticas e familiares, em consonância com o fato de que nem sempre consegue concluir suas atividades como desejado, tal como também é frisado por Eliane, quando a mesma menciona que o cronograma que estabelece, por vezes, não pode ser cumprido.

Outro ponto que também nos chama a atenção, é o fato de que os cônjuges/companheiros, pouco foram mencionados nas respostas das participantes, o que, talvez, possa sinalizar que ocupam um papel secundário na educação da prole, podendo evidenciar que:

O cuidado dos[as] filhos[as] e os afazeres domésticos como sendo atribuições que se relacionam com a maternidade e não com a paternidade, denotando a divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico, algo já apontado por estudos que buscaram investigar o envolvimento de homens e mulheres no trabalho doméstico, na família e no cuidado com os[as] filhos[as] (MACÊDO, 2020, p. 195).

Duas falas que exemplificam a citação acima, são as da Olga e Judith. Na resposta de Olga, chama a atenção o fato de que, apesar de anunciar uma parceria entre ela e o marido, ao fim, ela destaca que ele muito a “ajuda”. Já na resposta de Judith, ela explica que na maior parte do tempo, a filha, fica sob sua responsabilidade e, necessita esperar que o companheiro tenha disponibilidade para estar em casa, para que, só então, ela consiga dedicar-se a determinadas atividades.

[...] meu marido e eu somos parceiros ele faz a parte dele das atividades domésticas o que muito ajuda (Olga).

Por 2 meses tive meu companheiro em casa, atendendo à necessidade do isolamento social. Após este período ele voltou a trabalhar (é representante comercial e viaja durante a semana). Nestes dois meses ele fazia comida e cuidava da nossa filha quando eu estava em aulas. Hoje conto com refeições congeladas, o suporte da minha mãe e da nossa amiga (nossa diarista) que faz umas horas extras quando necessito que fique com a minha filha. Preciso concentrar algumas das atividades aos sábados e domingos, quando o meu companheiro está em casa, como por exemplo, a preparação das aulas do mestrado e da graduação (Judith).

Tal situação ainda denota uma forte ideia acerca de encargos que seriam intrínsecos ao papel da mulher e que, portanto, caberia a elas, na busca pela igualdade, esforçarem-se para conseguirem a “ajuda” do cônjuge. Vale destacar aqui a palavra “ajudar”, muito usada pelas mulheres, aponta para o estereótipo de que o cuidado com as tarefas do lar é um papel predominantemente feminino. Ao fazer uso da palavra “ajudar”, no sentido de “prestar socorro, assistência, auxiliar e assistir”, ao homem caberia uma espécie de “apoio” à mulher, já que a função é sua, e não dele. Adichie (2017, p. 8), em seu livro “Para educar crianças feministas” aconselha o abandono da linguagem da ajuda, pois ao “dizermos que os pais estão ‘ajudando’, o que sugerimos é que cuidar dos[as] filhos[as] é território materno, onde os pais se aventuram corajosamente a entrar. Não é”.

Shirley Macêdo (2020), ao discutir sobre o que é ser mãe e ser trabalhadora em tempos de pandemia, explica que no Brasil, a demanda pelo trabalho doméstico ainda é fortemente encarada como uma responsabilidade materna, fruto da naturalização da subalternidade, hierarquicamente estabelecido pela “estrutura familiar tradicional, que a leva à exaustão diante dos cuidados requisitados por todos os membros da família” (MACÊDO, 2020, p. 189). No tocante à profissão, durante a pandemia, tal desigualdade é acentuada pelo fato de que, na contemporaneidade, além do trabalho possibilitar uma identidade própria, também há a supervalorização é exigência para que “a mulher contemporânea seja bem-sucedida, forte e guerreira” (MACÊDO, 2020, p. 189).

4 Considerações finais

A pandemia mundial do novo coronavírus tem impactado na vida de pessoas do mundo inteiro, desde o seu início algumas alternativas foram encontradas para dar continuidade às atividades profissionais. Durante este período o trabalho acadêmico de pesquisadores e pesquisadoras não cessou, e entre as alternativas encontradas para desenvolver tais atividades, destaca-se o trabalho remoto/home office. Entretanto, para as mulheres isso se dá de forma diferente, em vista dos estereótipos que recaem sobre elas, a exaustão, o número de demandas e desdobramentos, tendem a aparecer de modo mais acentuado.

Visto isso, nesta pesquisa, nos propomos a conhecer as vivências de dez mulheres que atuaram, durante o ano de 2020, como docentes e pesquisadoras, frente a esse contexto, em função do Coronavírus/COVID-19. Por intermédio da pesquisa foi possível verificar, diante da crise sanitária, que as desigualdades de gênero associadas às mulheres pesquisadoras se fizeram presentes nas atividades remotas.

As participantes apresentaram suas angústias, medos e os descontentamentos com o exercício do trabalho remoto. Revelam o aumento da jornada de trabalho, bem como uma jornada dupla, ao realizarem o cuidado com as/os filhas/os e a casa. Tal fato, denota a necessidade de repensarmos o modo como a ideia do “papel da mulher” que “faz tudo”, também sustenta uma lógica de sobrecarga de trabalho, pois pressiona e recai de forma ainda muito injusta sobre as mulheres, além de continuar sustentando uma série de estereótipos de gênero.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaira, 2019. ISBN: 978-85-98349-74-9

AZEVÊDO, Alessandro Augusto. **O que a pandemia interpela a professores e professoras**. feitoemcasa: Natal, 2020. ISBN-10: 6500025768

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. ISBN: 978-85-359-2851-8

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ISBN 978-85-438-0172-8

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Paulo, v.16, n.3, p. 233-239, set/dez 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/kj9szysyT59MGzyQc3d7xnf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2021

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 04 abr. 2021

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. *Snowball* (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: Congresso Nacional de Educação. **Anais [...]**. Curitiba: EDUCERE, 2011. p.329-341. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 11 de jul. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. ISBN: 9788520922835

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdade**: limites da democracia no Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018. ISBN: 9788575596043

CANUTO, Pollyanna Jorge; LIMA, Luana de Souza; BARBOSA, Hevillyn Cecilia Ventura; BEZERRA, Kalyne Araújo. Repercussões do isolamento social diante da pandemia Covid-19: abordando os impactos na população. **Hygeia**. Edição Especial: Covid-19, p.122-131, jun./2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia>. Acesso em: 04 abr. 2021

CARTA CAPITAL. IBGE: apenas 10% das mulheres negras completam o ensino superior. Edital Equidade Racial. 09 de março de 2018. Disponível em <https://ceert.org.br/noticias/educacao/21396/ibge-apenas-10-das-mulheres-negras-completam-o-ensino-superior> acesso em: 01 de abril de 2021

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Plataforma Política Feminista é aprovada em Brasília. **Jornal Fêmea**, Brasília/DF, junho/2002. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaofemea/jornalfemea113.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2021

CISNE, Mirla. SANTOS. Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. ISBN: 9788524926389

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na Escola**: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC (Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina); SECAD / Ministério da Educação, 2008.

FRANÇA, Fabiane Freire. Narrativas como mãe pesquisadora: as transgressões diárias em tempos de pandemia. In: SOARES, Ana Carolina Coelho; CIDADE, Camilla Almeida Santos. Cidade; CARDOSO, Vanessa. **Maternidades plurais**: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia. Belford Roxo: Bindi, 2020, p. 339-346.

GONÇALVES, Flora Rodrigues. A outra margem da maternidade: reflexões em tempos pandêmicos. In: SOARES, Ana Carolina Coelho; CIDADE, Camilla Almeida Santos. Cidade; CARDOSO, Vanessa. **Maternidades plurais**: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia. Belford Roxo: Bindi, 2020, p. 378-382.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997. ISBN 85.326.1862-6

_____. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013, p.43-53. ISBN 978.85.326.2914-2

LEMOS, Ana Heloísa da Costa. BARBOSA, Alane de Oliveira. MONZARO, Priscila Pinheiro. Mulheres em Home Office durante a Pandemia da COVID-19 e as Configurações do Conflito Trabalho-Família. In. **RAE-Revista de Administração de Empresa FGV EAESP**. v.60, n.6, p.388-399, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/82912>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MACÊDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. **Rev. Nufen: Phenom. Interd**, Belém, v.12, n.2, p.187-204, mai/ago, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200012. Acesso em: 21 abr. 2021.

MARQUES, Emanuele Souza; MOARES, Cláudia Leite de; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Suely Ferreira; REICHENHEIM, Michael Eduardo. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.36 n.4, p.1-6, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/>. Acesso em 04 abr. 2021.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. RJ: Vozes, 2013. p. 11-29. ISBN: 978.85.326.2914-2

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna, 1999. ISBN: 16.023.63-X

NASCIMENTO, Giorgia Carolina do. Uma meta-escrita do cansaço materno: alguns retratos da desigualdade em tempos de pandemia. In: SOARES, Ana Carolina Coelho; CIDADE, Camilla Almeida Santos. Cidade; CARDOSO, Vanessa. **Maternidades plurais**: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia. Belford Roxo: Bindi, 2020, p. 398-402.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, UFSC. Santa Catarina, v.8, n.2, p.1-33, 2000. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 04 abr. 2021.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de COVID-19. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), v. 16, n. 1, Especial COVID-19, p.154-166, maio/2020. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50448>. Acesso em: 04 abr. 2021.

PARENT IN SCIENCE. **Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade**. 2020. Disponível em: <http://www.s bq.org.br/noticia/produtividade-acad%C3%AAmica-durante-pandemia-efeitos-de-g%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-parentalidade>. Acesso em: 10 de jul. 2020.

PIRONI, Isabela Daiane; ROSSI, Jean Pablo Guimarães; MAIO, Eliane Rose. “Não importa o sexo, eu só quero que seja menino”: cisheteronormatização dos corpos em chás de revelação. In: BALISCEI, João Paulo (Orgs.). **É de menina ou menino? Imagens de gênero, sexualidades e educação**. Curitiba: Bagai, 2022, p.32-46. ISBN: 978-65-5368-021-0

ROSSI, Jean Pablo Guimarães; PÁTARO, Ricardo Fernandes. Educação e Democracia: Gênero e Sexualidade em tempos de “Escola sem Partido” Entrevista com Fernando Seffner. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 8, n. 14, p. 7-23, jan./jun. 2019.

Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ROSSI, Jean Pablo Guimarães; SANTOS, Claudia Raquel Padovani; BRESCANSIN, Livia Yatsuda. “Entre o amor e o ódio”: contribuições do mito da “Medéia” de Eurípedes para o estudo da ambivalência materna. **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, v. XIV, n. 23, p. 153-174, 2020. Disponível em:

https://www.academia.edu/61002296/Entre_o_amor_e_o_%C3%B3dio_contribui%C3%A7%C3%B5es_do_mito_da_Med%C3%A9ia_de_Eur%C3%ADpedes_para_o_estudo_da_ambival%C3%AAncia_materna. Acesso em: 04 abr. 2021.

SUDRÉ, Lu. A crise tem rosto de mulher: elas são as mais afetadas pela precarização no país. **Brasil de Fato**. São Paulo (SP), 08 de Março de 2020. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/08/cor-genero-e-classe-os-desafios-da-mulher-preta>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURK, Peter (Org). **A escrita da história**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p.63-95. ISBN: 85-7139-027-4

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cad. Saúde Pública**, v. 26, n.5, p.1-4, 2020.

Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1036/a-pandemia-de-covid-19-no-brasil-cronica-de-uma-cri-se-sanitaria-anunciada>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ⁱ No Brasil, o primeiro caso de COVID/19, data de 26 de fevereiro de 2020, contudo, a vacinação para a contenção do vírus iniciou somente em 17 de janeiro de 2021. Naquele período, foram vacinadas primeiro pessoas que tinham maior risco de terem casos graves da doença (idosos e pessoas com comorbidades) e, posteriormente a população em geral, de acordo com a faixa etária. Vale destacar que, desde o início da Pandemia mundial e mesmo com a vacinação algumas medidas de contenção do vírus foram mantidas, especialmente durante os anos de 2020 e 2021, entre as quais, destaca-se o isolamento social, é, portanto, diante deste contexto que esta pesquisa foi realizada.